

FORUM DE MONITORIA DO ORÇAMENTO

RECURSO DO FMO ACOLHIDO PELO TRIBUNAL SUPERIOR DA AFRICA DO SUL

Maputo | Novembro | 2019

O Tribunal Superior da África do Sul, divisão de Gauteng, em Joanesburgo, decidiu anular, esta sexta-feira, dia 1 de Novembro, a decisão do antigo Ministro da Justiça sul-africano, Michael Masutha, de extraditar Chang para Moçambique. Esta decisão é resultado de um recurso submetido pelo Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) no dia 2 de Julho de 2019.

Na mesma sessão, o tribunal de Gauteng anulou a decisão tomada por Masutha, sobre o pedido de extradição dos Estados Unidos da América e sobre o pedido de Chang sob o caso 22157/2019. Assim, o Tribunal Remete ao Ministro da Justiça Ronald Lamola para tomar a nova decisão sobre a extradição de Manuel Chang.

O FMO congratula-se com a decisão tomada pelo Tribunal de Gauteng de anular a decisão do antigo Ministro e espera que a breve trecho o Ministro Lamola possa se pronunciar no sentido de extraditar Chang para os Estados Unidos da América, onde poderá conjuntamente com Jean Boustani e outros implicados no endividamento ilegal de Moçambique, ser submetido a um julgamento sério e justo, que permita, para além de responsabilizar os infractores, esclarecer os contornos deste calote, bem como limpar o nome de Moçambique.

A expectativa do FMO é que, tendo em conta as evidências que estão a ser apresentadas em sede do julgamento de Jean Boustani, em curso no Tribunal de Brooklyn, em Nova York, o Ministro da Justiça sul-africano possa perceber que não existem condições de imparcialidade jurídico-legal para o julgamento de Chang em Moçambique tendo em conta que o sistema de justiça moçambicano é largamente influenciado pelo governo do dia, cujo partido no poder está seriamente implicado na fraude das dívidas ilegais tendo recebido pelo menos 10 milhões de dólares norte-americanos de suborno pela fraude segundo documentos apresentados em tribunal americano.

É preciso lembrar que, o mesmo partido aprovou, na Assembleia da República, a inclusão das dívidas ilegais nas Contas do Estado, mesmo reconhecendo que houve abuso de confiança pelos detentores do poder público envolvidos no calote, bem como instituições soberanas foram contornadas.

Provas apresentadas em sede do Tribunal de Brooklin mostram que Chang recebeu mais de 8 milhões de dólares, para além de ter sido a pessoa que propôs o uso de garantias soberanas para contornar a impossibilidade do Ministério da Finanças, que dirigia, de assinar contratos com o Credit Suisse.

Maputo, aos 1 de Novembro de 2019

Membros do FMO

